

Moreira Moritz



Projetos em pauta beneficiam mulher

Plenário deve examinar duas propostas de emenda constitucional relacionadas a direitos femininos. Decisões aguardam liberação da pauta, trancada por medidas provisórias

Heloísa Helena é autora da proposta que determina o acolhimento obrigatório e gratuito de crianças de até seis anos em creches e pré-escolas. Se não houver emendas, a matéria poderá ser votada em primeiro tur-

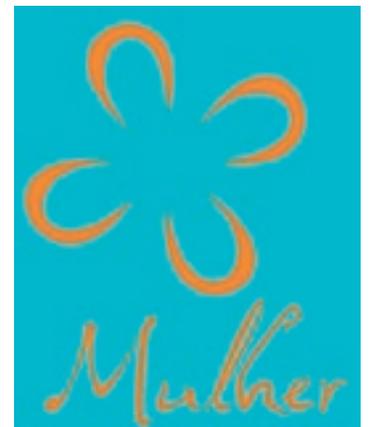
no. Já a proposta que concede licença-maternidade às mulheres que adotarem crianças, apresentada por Maria do Carmo Alves, terá o primeiro dia de discussão. Caso haja decisão sobre a MP que autorizou

a venda de diamantes dos índios cintas-largas e sobre o projeto de conversão que institui programa de microcrédito, estará aberto o caminho para exame de matérias como o Plano Nacional de Cultura.

Atividades celebram Dia Internacional da Mulher

Em comemoração ao Dia Internacional da Mulher (8 de março), o Senado promove amanhã uma série de palestras sobre o tema "Saúde e Qualidade de Vida

da Mulher". Nesta quinta-feira haverá sessão solene do Congresso, quando será entregue o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco homenageadas.



AGENDA Diversos projetos, inclusive o que autoriza empréstimo de US\$ 572 milhões do Banco Mundial, esperam liberação da pauta do Plenário

Página 3

Comissão inicia estudo da reforma na lei orçamentária

Senadores e deputados escolhem hoje, a partir das 15h30, no plenário 2 da Câmara dos Deputados, o presidente e o relator da comissão mista encarregada de propor nova sistemática

de exame do Orçamento da União pelo Congresso Nacional. As regras a serem estabelecidas no prazo de 30 dias devem reger a análise do Orçamento do próximo ano.

Página 4

Audiência deve debater criação de agências regionais

Página 4

Empresários apresentam hoje sugestões para a MP 232

Página 4



Gerardo Magalhães

RECONHECIMENTO Presidente Lula, Renan Calheiros, João Paulo, Alfredo Nascimento e Amir Lando abrem o encontro

Renan abre espaço para municípios

Iniciativas destinadas a incrementar as relações entre o Senado e os pre-

feitos foram anunciadas ontem pelo presidente da Casa, Renan Calheiros,

na abertura da 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios.

Página 6

Fotos: Roosevelt Pinheiro



PROJETO Paim quer acabar com fator que reduz benefícios dos aposentados e pensionistas

Paim vai discutir o fator previdenciário com Amir Lando

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou ontem que tem audiência marcada com o ministro da Previdência Social, Amir Lando, para discutir o fator previdenciário, na sua opinião, um redutor dos benefícios dos aposentados e pensionistas, principalmente dos que ingressaram mais cedo no mercado de trabalho.

Paim lembrou que o redutor foi fruto da Lei 9.876/99, aprovada no governo passado sob a alegação de recompor o déficit nas contas previdenciárias, e anunciou que rerepresentará o projeto de lei (PLS 296/03) que extingue o fator previdenciário, para resgatar a metodologia anterior.

– A metodologia adotada pela Previdência Social não encontra respaldo social, muito menos justificação financeira.

Paim disse ainda que a PEC paralela deverá ser votada em breve pela Câmara dos Deputados, em segundo turno.

Em aparte, a senadora Heleia Helena (PSOL-AL) se solidarizou com as preocupações de Paim acerca do fator previdenciário.

Pauta trancada

O Plenário realiza sessão às 14h. A medida provisória que autoriza a Caixa Econômica Federal a arrecadar por 15 dias os diamantes brutos já extraídos nas áreas indígenas pelos



cintas-largas (MP 225/04) tranca a pauta de votações. Os demais itens, na maioria propostas de emendas constitucionais, só podem ser examinados depois da votação da MP.

Delegação vietnamita visita o Congresso

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe hoje, às 10h, delegação da República Socialista do Vietnã. Às 10h30, Renan encontra-se com o presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Adylson Motta;

às 11h, com os presidentes do PT, PMDB, PSDB e PFL; às 13h30, com o prefeito de São Paulo, José Serra; às 17h30, com o governador de Sergipe, João Alves Filho; e às 18h, com o governador de Minas, Aécio Neves.

Indicações para a CVM e a ANA

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota, em caráter secreto, a indicação de Pedro Oliva Marcílio de Sousa para diretor da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), órgão responsável por regular e fiscalizar os

mercados de ações. A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) se reúne às 14h30, para votar as indicações de Bruno Pagnoccheschi e Dalvino Troccoli Franca para a diretoria da Agência Nacional de Águas (ANA).

Concessões de radiodifusão



A Comissão de Educação (CE) analisa hoje, em reunião marcada para as 11h, 21 projetos de decreto legislativo que tratam da outorga ou renovação de concessão para a exploração de radiodifusão. Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa duas propostas para normatizar o encaminhamento de avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) ao colegiado.

Comissão mista da MP 232 ouve presidentes da CNI e da CNA

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 232/04 promove audiência pública, às 14h, com os presidentes das confederações nacionais da Indústria (CNI), Armando Monteiro, e da Agricultura e Pecuária (CNA), Antonio Ernesto de Salvo. Às 15h30, a comissão mista destinada a apresentar projeto para a reestruturação do método de análise do Orçamento da União elege o presidente e relator do colegiado.



Desenvolvimento regional

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) ouve o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, às 18h30. Ele vai tratar da criação de agências de desenvolvimento regional. Um exemplo desse tipo de órgão é a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Comissão Irmã Dorothy

Às 18h, a comissão que acompanha o caso Dorothy Stang promove audiência pública. Foram convidados, entre outros, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto; o presidente do Incra, Rolf Hackbart; e o chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Armando Félix.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



"PROPAGANDA" Osmar afirma que recursos para universidades foram, na verdade, cortados

Osmar critica destinação dos recursos federais

Para onde foram os recursos gerados pelo crescimento de 5,2% do produto interno bruto (PIB) brasileiro no ano passado? A questão foi levantada em Plenário pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), que, a fim de provar que os recursos não ficaram com a população, citou dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontando queda de cerca de 9% no poder aquisitivo dos salários.

Osmar Dias salientou, citando análise feita por economista na semana passada, que o PIB cresceu R\$ 206 bilhões, dos quais R\$ 100 bilhões referem-se a impostos.

– Metade do crescimento do PIB ficou com o governo.

O senador explicou que isso ocorre porque a cada ano paga-se, em relação ao PIB, 1% a mais de tributos. Ele lembrou que em 1998 a carga tributária era de 29% em relação ao PIB, passando a 37% no ano passado.

Osmar Dias afirmou que era de se esperar que o governo investisse mais em infra-estrutura e nas universidades.

Citando artigo do professor Roberto Leal Lobo, ex-reitor da USP, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* no domingo, o senador disse que o aumento de 70% para 75% nos recursos para as universidades federais – em relação ao orçamento total liberado pelo Ministério da Educação – “não passa de propaganda”. Ele explicou que o crescimento se dará sobre uma base menor, já que o orçamento das universidades, em 2004, foi de R\$ 7,99 bilhões, enquanto em 2005 é de R\$ 5,3 bilhões. “Houve um corte.”

Osmar ressaltou que a grande reforma que precisa ser feita é a do ensino básico, em especial no que diz respeito às condições de trabalho dos professores.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Plenário analisa, após MPs, benefícios a mulheres

■ Pré-escola na rede pública e licença para mãe adotante estão entre as propostas na pauta da semana

O Plenário deve votar hoje, a partir das 14h, a medida provisória (MP) que autorizou a Caixa Econômica Federal a arrecadar e alienar diamantes brutos em poder dos índios cintas-largas habitantes da reserva indígena Roosevelt, em Rondônia. A autorização ocorreu em caráter excepcional e valeu para o período de 15 dias.

A medida (MP 225/04) vem trancando a pauta do Plenário, uma vez que se encontra com o prazo de tramitação esgotado. Também está sobrestando as



demais votações o Projeto de Conversão 1/05, elaborado a partir da Medida Provisória 226/04, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Entre as principais inovações da proposta sobressai a permissão para operações de crédito sem a exigência de garantias reais, as quais podem ser substituídas por formas alternativas de garantias, a serem definidas

pelas instituições financeiras operadoras.

Uma vez concluída a votação das duas matérias, o Plenário passará à discussão, na mesma sessão, de sete propostas de emenda constitucional (PECs), algumas das quais já poderão ser deliberadas nesta semana. A PEC 57/03, proveniente da Câmara, é a primeira da lista e está em primeira sessão de discussão em segundo turno. Ela institui o Plano Nacional de Cultura. A votação final poderá ocorrer na quinta-feira. Estará em quinta e última sessão de discussão em primeiro turno a PEC 40/00, da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que estabelece o acolhimento obrigatório, público e gratuito de crianças de zero a seis anos em creches e pré-escolas. Caso não sejam

apresentadas emendas, a proposta poderá ser examinada em primeiro turno.

Da mesma forma, poderão ser colocadas em primeira votação, se não forem oferecidas emendas, as PECs 43/00, do então senador Júlio Eduardo, que define a titularidade das águas subterrâneas, e 9/03, do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que aumenta o tamanho máximo do lote objeto de usucapião especial urbano em cidades de até 300 mil habitantes.

Adoção

Três propostas terão hoje a primeira sessão de discussão em primeiro turno, caso a pauta seja liberada. A PEC 73/99, de Pedro Simon (PMDB-RS), que regulamenta a participação popular na elaboração do Orçamento; a PEC 31/00, de Maria

do Carmo Alves (PFL-SE), que beneficia com licença-maternidade as mulheres que adotarem crianças; e a PEC 48/03, de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que dispõe sobre recursos para irrigação.

Entre as outras matérias a serem analisadas após a desobstrução da ordem do dia inclui-se o Projeto de Resolução 42/04, que autoriza a contratação de crédito externo no valor de US\$ 572,2 milhões, junto ao Banco Mundial, para o projeto de apoio ao programa Bolsa-Família.

Se a pauta estiver liberada, terá início, também na quinta, a discussão em segundo turno da PEC 15/04, que exclui dos bens da União as ilhas costeiras onde se situem as sedes de município.

Licença para mães adotantes pode entrar na Constituição

Os direitos da mulher adotante estão prestes a se tornar constitucionais, passando a ser definitivamente protegidos pela Lei Maior do país. Isso é o que pretendem os senadores signatários da proposta de emenda constitucional cuja discussão pode começar esta semana, no Plenário do Senado.

A proposta (PEC 31/00) assegura o benefício da licença-maternidade à mulher a quem for concedida a adoção. O tempo de licença irá variar de 30 a 120 dias, conforme a idade do adotado.

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), primeira signatária da proposta, defende a universalização dos direitos dos filhos, sejam eles naturais ou adotados, por meio de um contato mais próximo nos primeiros meses de convivência com os pais adotantes.

– Se são garantidos aos adotados os mesmos direitos dos filhos biológicos, também deveria estar assegurado o direito à presença da mãe adotiva, como acontece com os recém-nascidos – argumenta a senadora na justificativa.

A garantia do direito à licença-maternidade está definida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para as empregadas celetistas, e no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da União, para as funcionárias públicas.

– O grande mérito da pro-



MÉRITO Maria do Carmo defende inclusão de licença-maternidade no texto da Constituição federal

posta é deixar expresso na Constituição o direito da mãe adotante, afastando as discussões jurídicas sobre a licença-maternidade – explica o consultor legislativo Gabriel Dezen Júnior, do Senado.

Segundo a presidente do Projeto Aconcheço – Grupo de Apoio à Adoção e ao Apadrinhamento Afetivo, Jandimar Guimarães, em São Paulo foram registradas denúncias de empresas que não concederam às suas empregadas o direito à licença-maternidade.

– Essa proposta é fundamental para a garantia dos direitos da mulher adotante, e esperamos que futuramente esses direitos sejam estendidos aos homens que também adotam crianças – disse ele.

Na Câmara dos Deputados foi instituída comissão especial destinada a proferir parecer sobre projeto de lei (PLC 1.756/03) que dispõe sobre a Lei Nacional da Adoção.

▶ Crianças em abrigos esperam novas famílias

Em Brasília existem cerca de 800 crianças acolhidas – nem todas passíveis de adoção – em 21 abrigos credenciados. Atualmente, a Vara da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Distrito Federal conta com cerca de 240 famílias cadastradas para adoção e 92 crianças aptas a serem adotadas judicialmente.

Segundo informações do tribunal, essas crianças têm dificuldade de serem adotadas por terem mais de quatro anos, outras por pertencerem a grupo de irmãos e as demais porque são portadoras de necessidades especiais.

Para 90% das famílias cadastradas, as crianças procuradas devem ter no máximo 18 meses. Pesquisas realizadas no país apontam bebês brancos e do sexo feminino como a preferência dos que estão na fila para adotar.

– Infelizmente ainda existe preconceito e há muitas crianças com mais idade e negras na espera por uma família – diz a presidente do Projeto Aconcheço, Jandimar Guimarães.

Para o movimento, todas as mães adotantes precisariam ter direito a no mínimo 120 dias de licença-maternidade – independentemente da idade da criança.

– Hoje, conforme aumenta a idade da criança, menor o tempo de licença concedido à mãe, o que não é correto, visto que a criança maior de dois anos precisa de mais tempo para se adaptar à família – explica.

Dia Internacional da Mulher terá uma série de eventos

Para comemorar o Dia Internacional da Mulher, que transcorre hoje, 8 de março, o Senado Federal promove amanhã, das 9h às 12h e das 14h às 18h, uma série de palestras com o tema central “Saúde e Qualidade de Vida da Mulher”, que serão realizadas no auditório do Interlegis. Entre os assuntos, estão saúde, sexualidade, beleza, ambientação, atividade física e sentimentos.

Na quinta-feira, às 10h, no Plenário do Senado, haverá sessão solene conjunta para comemoração do Dia Internacional da Mulher e entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz a cinco mulheres que se destacaram por prestar rele-



HOMENAGEM Por iniciativa de Serys Slhessarenko, será inaugurada uma galeria de retratos das senadoras

vantes serviços na defesa dos direitos femininos. Em seguida, às 12h, por iniciativa da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), será inaugurada a galeria de retratos das senadoras.

▶ Data marca luta pela emancipação

O Dia Internacional da Mulher foi instituído em 1975, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). A data – 8 de março – lembra episódio trágico ocorrido nos Estados Unidos, em 1857, quando 129 operárias de uma fábrica têxtil morreram carbonizadas num incêndio, dentro da fábrica, no momento em que faziam greve por melhores condições de trabalho.

Elas trabalhavam 16 horas por dia e ganhavam menos de um terço do salário dos homens. No momento em que se iniciou o incêndio, as portas da fábrica estavam trancadas para evitar que as operárias deixassem o local. Foi a primeira vez que as mulheres se uniram para reivindicar melhorias no emprego.

Hoje, o Dia Internacional da Mulher é conhecido como um movimento de luta pela emancipação da mulher. No Brasil, o direito ao voto só foi reconhecido a partir de 1934, mas a primeira governadora se elegeu somente 60 anos depois. Segundo dados da Fundação Carlos Chagas, de 1981 a 1998, o crescimento das mulheres economicamente ativas no país foi de 111%, enquanto o dos homens ficou em 40%.

Atualmente, há 30 milhões de mulheres no mercado de trabalho, representando 41% da população economicamente ativa do país. Na área educacional, a ascensão da mulher é ainda mais expressiva que a dos homens, com 57% delas nos bancos do segundo grau e nos cursos superiores.



MUDANÇAS Jucá informa que negocia a exclusão das prestadoras de serviço do reajuste dos impostos

Audiência discute MP dos impostos com empresários

A comissão mista que examina a Medida Provisória 232/04 promove hoje, às 14h, audiência pública para ouvir o presidente da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), Antônio Ernesto de Salvo, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro. O relator da MP, senador Romero Jucá (PMDB-RR), lembrou que os empresários apresentam críticas e propostas das quais a comissão aproveita o que for apropriado para aperfeiçoar a matéria.

Monteiro afirmou que a correção da tabela do Imposto de Renda (IR) é de interesse de todos, mas criticou a elevação dos impostos para as empresas prestadoras de serviços. Depois de audiência com o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, o deputado declarou à imprensa que há disposição do governo de separar as prestadoras de serviços com empregados dos profissionais liberais que se organizam como empresas para pagar menos impostos.

Ernesto de Salvo declarou que o setor agropecuário terá um "seqüestro" de R\$ 2,015 bilhões em 2005, em decorrência da MP, que prevê, em seu artigo 6º, a retenção do IR na fonte nas vendas de produtos agropecuários que gerem direitos a crédito.

Romero Jucá já informou que negocia a exclusão das prestadoras de serviços com empregados do aumento da base de cálculo do IR e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Quanto aos agricultores, Jucá disse que pretende elevar de R\$ 1.164 para mais de R\$ 11 mil o valor a partir do qual o agricultor terá de recolher 1,5% a título de antecipação do Imposto de Renda.

Comissão que mudará Orçamento inicia trabalho

Senadores e deputados escolhem presidente e relator e aprovam cronograma de estudos às 15h30

A comissão especial mista criada para, em 30 dias, apresentar projeto reestruturando os orçamentos públicos e seu processo de tramitação reúne-se às 15h30 de hoje, no plenário 2 da Câmara. Com oito senadores e oito deputados, a comissão foi criada na semana passada pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, para propor normas que tornem mais claras as propostas orçamentárias.

A reunião tem por finalidade eleger o presidente e o relator, devendo também instalar seus trabalhos, aprovando um cronograma de estudos para otimizar a elaboração do Orçamento e sua tramitação. De acordo com Renan Calheiros, a comissão deverá ser presidida por um senador e terá como relator um deputado.

Pelo Senado, participarão do colegiado Romero Jucá (PMDB-RR), Aloizio Mercadante (PT-SP), Sérgio Guerra (PSDB-PE), Heráclito Fortes (PFL-PI), Marcelo Crivella (PL-RJ), Fernando Bezerra (PTB-RN), Osmar Dias (PDT-PR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).



Pela Câmara, integrarão a comissão os deputados Ricardo Barros (PP-PR), Sérgio Miranda (PCdoB-MG), Alberto Goldman (PSDB-SP), Paulo Bernardo (PT-PR), Cláudio Cajado (PFL-BA), Pedro Novaes (PMDB-MA), Milton Monti (PL-SP) e Iberê Ferreira (PTB-RN).

Pela Câmara, integrarão a comissão os deputados Ricardo Barros (PP-PR), Sérgio Miranda (PCdoB-MG), Alberto Goldman (PSDB-SP), Paulo Bernardo (PT-PR), Cláudio Cajado (PFL-BA), Pedro Novaes (PMDB-MA), Milton Monti (PL-SP) e Iberê Ferreira (PTB-RN).

Na condição de mais velho integrante do colegiado, o deputado Pedro Novaes (PMDB-MA), de 74 anos, deverá presidir essa primeira reunião e conduzir a eleição do presidente e do relator.

Ao assinar com Severino Cavalcanti o ato que criou a comissão, o senador Renan Calheiros disse que os trabalhos desse colegiado devem ser iniciados imediatamente, para se começar a "queimar etapas". Ele antecipou que as normas a serem propostas por essa comissão deverão valer já para o Orçamento de 2006, ainda a ser enviado pelo Executivo ao Congresso.

Ao final dos 30 dias de trabalho, a comissão dirá se a proposta de orçamento deve continuar sendo autorizativa, como é hoje, ou se transformará numa peça impositiva, tornando obrigatória para o Poder Executivo a execução das despesas aprovadas pelo Legislativo. Da forma como é votado atualmente, o Executivo não é obrigado a cumprir o Orçamento aprovado pelo Congresso Nacional.



PAUTA Antonio Carlos é o relator do projeto que recria Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

CCJ vota pedido de informações a Palocci sobre microcrédito

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, às 10h, para deliberar sobre pauta de 14 itens. Três requerimentos solicitam informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, sendo um deles, apresentado pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), sobre a medida provisória que trata do programa de microcrédito (MP 226/04). A recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) também está entre os assuntos para votação (PLC 59/04), tendo como relator o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Há mais dois requerimentos na CCJ, pedindo informações ao ministro da Fazenda. Um do senador Romeu Tuma (PFL-SP) sobre a relação das empresas ligadas aos jogos de bingo em débito com a Secretaria da Receita Federal, e outro de autoria do senador Alvaro Dias (PSDB-PR), sobre o valor das aplicações feitas pelas empresas Copel, Sanepar e Itaipu Binacional e suas respectivas fundações no Banco Santos.

A comissão também poderá votar a proposta de emenda à Constituição que suprime a expedição de títulos de domínio aos beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária.

A CCJ deve examinar ainda a indicação de Eduardo Flores Vieira para ocupar o cargo de defensor público-geral da União (MSF 3/05). A vaga é decorrente do término do mandato de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira.

Entre os itens com decisão terminativa, consta da pauta da CCJ projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que institui o número único de registro de identidade civil.

Ministro explica novas agências regionais na CDR

O ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, participa hoje da primeira audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O tema do encontro será a criação das novas agências de desenvolvimento regional. A reunião será realizada às 18h30, na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

A CDR foi criada recentemente e pretende, dentro de dois meses, propor um novo modelo de desenvolvimento para as regiões Norte e Nordeste, que considere tanto os aspectos econômicos, como industrialização e infra-estrutura, quanto os sociais, como saúde e educação. Para isso, haverá uma série de audiências com autoridades e especialistas ligados à questão, conforme anunciado pelo presidente da comissão, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

As agências serão criadas em substituição às extintas superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). Segundo Jereissati, os novos órgãos deverão recuperar o espírito do que desejava o economista Celso Furtado. "As novas agências irão pensar as duas regiões de maneira global, articulando as diversas políticas governamentais, com o objetivo de elevar os padrões de serviço público e os indicadores socioeconômicos do Norte e do Nordeste aos do Centro-Sul do país", afirmou.

O senador César Borges (PFL-BA) também defendeu a definição de uma política de desenvolvimento que combata as desigualdades regionais.

– O projeto de recriação das novas agências foi um compromisso do atual governo, mas efetivamente nada foi feito até agora. Até a urgência constitu-



ESTRATÉGIA Jereissati anuncia série de audiências com especialistas ligados ao tema

cional que tinha esse projeto foi retirada, e a matéria agora está tramitando normalmente no Senado – frisou César Borges.

Já o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse esperar que os projetos de recriação da Sudene (PLC 59/04) e da Sudam (PLC-Complementar 060/04) sejam logo enviados à CDR. O projeto que recria a Sudene está na pauta desta semana da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). E o que institui a Sudam também está na CCJ, aguardando inclusão na pauta.

Márcia Kalume



NEGOCIAÇÃO Falando sobre a reforma ministerial, Aloizio Mercadante pondera que a busca de coalizão "é uma engenharia política complexa"

"Há mais candidatos do que vagas", explica Mercadante

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse à imprensa acreditar que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará a reforma ministerial "ainda nesta semana". Ponderou que a decisão sobre as mudanças está demorando "porque há mais candidatos do que vagas" a um posto na Esplanada dos Ministérios.

– Fazer uma reforma que busca a coalizão, com nomes competentes e que venham a fazer um trabalho eficiente, é uma engenharia política complexa. Por isso, o atraso na

decisão – disse.

Mercadante sustentou que o PT "não tem problema para ceder lugar no Ministério", para abrigar indicados dos partidos da base governista.

Questionado sobre a possibilidade de votação na Câmara de projeto do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), aprovado no Senado, que dá aos estados poderes para autorizar funcionamento de bingos, Mercadante manifestou-se contra a idéia. Em sua opinião, deve caber ao governo federal a autorização para realização de tais jogos.

Para Renan, mudança nos ministérios é iniciativa de Lula

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comentou sobre a reforma ministerial ao chegar ao encontro promovido pela Confederação Nacional dos Municípios, em Brasília. De acordo com Renan, não é o PMDB que está postulando novos ministérios, e sim o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que, em nome de um governo de coalizão, manifestou o desejo de dar

mais espaço ao partido.

Renan disse também que o PMDB não está pressionando o Planalto.

– Nós não pedimos a reforma, ele é que nos chamou e disse que ia fazê-la. Não sabemos quando ela ocorrerá e estamos aguardando – declarou Renan, para quem a mudança trará mais eficiência e promoverá o equilíbrio entre as forças de sustentação do governo.

Valadares homenageia Francisco Vieira da Paixão

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) registrou ontem o falecimento do ex-deputado estadual sergipano Francisco Vieira da Paixão, que faleceu no dia 19 de fevereiro, aos 86 anos. Paixão foi deputado estadual por 24 anos.

– Falar de Francisco Vieira da Paixão é falar de um homem público exemplar, devotado ao seu povo, querido pelos seus amigos, bom pai. Um padrão de comportamento de honradez e de trabalho, cuja passagem na vida pública foi um exemplo dignificante de

como um homem deve se portar – disse o senador.

Para Valadares, Paixão é "um exemplo a ser seguido pelos mais jovens".

– Hoje, os políticos de uma forma geral são acusados pela opinião pública por mudarem de partido como se muda de camisa. Políticos como o deputado Paixão servem de exemplo às gerações que estão se formando hoje, para que tenhamos partidos autênticos, dirigentes sérios, comprometidos com a causa pública – declarou o senador.

Menos exigência para beneficentes, propõe Arns

O senador Flávio Arns (PT-PR) apresentou projeto (PLS 20/05) que desobriga as entidades beneficentes de assistência social de renovar a cada três anos o certificado da categoria (Ceas), para fins de isenção previdenciária. O parlamentar considera a exigência prejudicial, principalmente às pequenas entidades do interior.

A renovação do Ceas garante que as entidades beneficentes não tenham de recolher ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a contribuição previdenciária (cota patronal). No entanto, 36% (2.371) das entidades não conseguem cumprir as exigências para revalidar o certificado, sendo obrigadas a fazer o recolhimento previdenciário, o que acaba onerando seus orçamentos.

Na justificativa do seu projeto, Arns explica que a renovação implica a apresentação de uma série de documentos que comprovem, por exemplo, a inscrição da entidade no conselho municipal, estadual ou distrital de Assistência Social e o registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); entre outros quesitos.

Para ele, há outras formas de controle capazes de garantir a atuação idônea das entidades, sem entravá-las com excesso de exigências. O senador citou como exemplo de sistema de controle o tratamento dispensado às entidades que buscam o reconhecimento como "de utilidade pública" e como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), no âmbito do Ministério da Justiça.



BUROCRACIA Renovação de certificado inviabiliza muitas entidades, explica Flávio Arns

Arthur Virgílio pede apoio para instalação de CPIs

■ Senador cobra assinatura de governistas nos dois pedidos de comissões apresentados por ele

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), pediu que os parlamentares da base governista assinem os dois pedidos de instalação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) que apresentou. O líder informou que as CPIs irão investigar denúncias de corrupção no processo de privatização no governo Fernando Henrique Cardoso e o caso Waldomiro Diniz, então assessor da Casa Civil do governo Lula, filmado enquanto pedia propina a um empresário do setor de jogos eletrônicos.

Virgílio destacou matéria da revista *Época*, da edição desta semana, informando que foram tomadas providências quando a denúncia sobre as privatizações foi feita pelo ex-diretor do Banco Central Daniel



Roosevelt Pinheiro

INQUÉRITO Arthur Virgílio propõe investigação sobre as privatizações e o caso Waldomiro Diniz

Gleiser, em 2001.

Para o líder, "é triste" o fato de haver apenas um integrante da base governista, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), entre os 25 que assinaram os pedidos de CPI.

O parlamentar disse ainda que a melhor maneira de comemorar o Dia Internacional da Mulher, que transcorre hoje, é com a aprovação do projeto da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que garante o atendimento a crianças de até 6 anos em creches e pré-escolas.

Jefferson quer punição mais rigorosa para agentes políticos

Os chamados agentes políticos, incluindo prefeitos, governadores, vereadores, deputados federais e estaduais, ministros, juízes, promotores e membros do Ministério Público, quando praticarem crimes contra a administração pública, poderão ter suas penas aumentadas na terça parte. A proposta, do senador Jefferson Péres (PDT-AM), está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para receber emendas e indicação de relator.

Jefferson explica que o Código Penal, com as modificações determinadas pela Lei 6.799, de 1980, "é tímido e até odioso" quando dispõe sobre a ampliação de penas apenas para servidores comuns, que ocupem cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação. Os agentes políticos, indicados ou eleitos para ocupar cargos de



Roosevelt Pinheiro

LIÇÃO Jefferson: pena deve ser maior para prefeito ou governador que fraudar a administração pública

cisivos no tocante ao interesse público, ficam livres desse tipo de punição.

Para o senador, "revela-se verdadeiro absurdo" que um prefeito, por exemplo, no Código Penal, seja "equiparado ao servidor comum". Ainda de acordo com Jefferson, os agentes políticos, ao contrário, devem ser considerados como detentores de um "zelo exacerbado pela coisa pública" e, em cometendo crimes, deveriam ser "mais severamente punidos do que o mero servidor".

Fotos: Geraldo Magela



ENCONTRO Presidente Lula cumprimenta Renan durante abertura da 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios

Renan quer Senado mais próximo dos municípios

■ Presidente da Casa recomenda medidas para incrementar a relação com prefeitos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem, na abertura da 8ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, que determinou a adoção de medidas para incrementar a relação entre o Senado e os prefeitos. Ele comunicou a criação de uma consultoria institucional para cuidar dessa relação e disse que a TV Senado deverá destinar espaço em sua programação para as idéias e reivindicações dos municípios.

Renan defendeu o aumento de 1% nos recursos destinados ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que é parte da reforma tributária que aguarda votação na Câmara.

O presidente do Senado também defendeu mudanças no modelo de orçamento para que envolva mais o Legislativo e que seja instrumento para a realização de políticas públicas.

– O Orçamento, como é hoje, é uma peça de ficção. É a única lei sem o caráter de obrigatoriedade – assinalou.

A 8ª Marcha a Brasília teve como principal reivindicação o aumento nos recursos destinados ao FPM. A Associação Brasileira dos Municípios e a Confederação Nacional dos Municípios defenderam o fatia-

mento da reforma tributária e a aprovação imediata apenas do aumento de 1%, passando de 22,5% para 23,5% a parte destinada aos municípios na arrecadação federal. A Federação Nacional dos Prefeitos apóia o governo e defende a votação da reforma tributária inteira.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lembrou que os prefeitos não eram recebidos por autoridades dos governos anteriores e comparou a relação entre os entes federativos hoje e há oito anos.

– Quem comparar verá que hoje é muito mais fácil – afirmou o presidente.

Lula apelou aos prefeitos para que tratem com seriedade os cadastros do programa Bolsa-Família, foco de irregularidades.

Vidigal espera rapidez no exame de indicações

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, apoio para que sejam votadas até o início de maio as indicações do tribunal para o Conselho Nacional de Justiça. Vidigal esteve com Renan acompanhado do ministro Antônio de Pádua Ribeiro, indicado para ocupar o cargo de corregedor-geral do conselho.

– Durante muito tempo muita gente falou que tinha medo do controle externo do Judiciário. Nós sempre fomos a favor desse controle e o STJ indicou imediatamente os seus três nomes para o Conselho Nacional de Justiça. O Senado deve votar as indicações o mais rápido possível – disse Edson Vidigal. O controle externo do Judiciário caberá a esse conselho.

O ministro lembrou que,



DECISÃO Edson Vidigal (C), ao lado de Antônio de Pádua Ribeiro (E), pede a Renan Calheiros apoio para votação dos três nomes do STJ

caso o Senado não faça a sabatina dos indicados e vote seus nomes até o início de maio, o presidente do Supremo Tribunal Federal poderá tomar a iniciativa de indicar os integrantes do conselho. Vidigal informou ainda que teve a promessa do presidente do

Senado de que vai tomar providências para que os escolhidos sejam sabatinados e os nomes votados pelo Plenário. Além de Antônio de Pádua Ribeiro, o STJ indicou para membros do conselho a juíza Germana de Oliveira Moraes e o juiz Jirair Aran Megurion.

Comissão sobre a morte de freira promove audiências

A comissão externa do Senado que acompanha a apuração do assassinato da missionária Dorothy Stang promove audiência pública hoje, às 18h, sobre o problema fundiário do país. Deverão comparecer o general Jorge Armando Félix, ministro da Segurança Institucional; o presidente do Incra, Rolf Hackbart; o executor do Incra em Altamira (PA), Bruno Kempner; e o presidente do Instituto de Terras do Pará, Weiner Pinto.

Outra audiência pública sobre o tema será realizada amanhã, no mesmo horário, com a participação da ministra Marina Silva, do Meio Ambiente; do ministro Nilmário Miranda, dos Direitos Humanos; do presidente do Ibama, Marcus Barros; e do Secretário de Meio Ambiente do Pará, Manoel Guerreiro. A comissão é presidida pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) e tem como relator o senador Demostenes Torres (PFL-GO).

O colegiado deverá concluir um relatório até o dia 18, quando completa um mês de atividades. A comissão vai sugerir à CPI da Terra que aprofunde as

investigações sobre as fraudes cartoriais que garantem a posse de terras por grileiros em vários estados, e principalmente no Pará, na região conhecida como Terra do Meio.

CPI da Terra

Na quinta-feira, às 10h, a CPI da Terra reúne-se em audiência pública para discutir as investigações sobre a operação policial de despejo de sem-teto em Goiânia, no dia 16 de fevereiro, que resultou em duas mortes. Integrantes da comissão já visitaram o local do conflito na capital de Goiás e ouviram envolvidos no episódio.

Durante a operação policial, cerca de 800 pessoas foram detidas e 26 ficaram gravemente feridas. A área havia sido invadida por 4 mil famílias, no ano passado.

Agricultura

Amanhã, às 11h, a recém-instalada Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado realizará reunião para definir a pauta de trabalho do colegiado para este ano. O presidente da comissão é o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE). A reunião ocorrerá na sala 7 da Ala Alexandre Costa.

Novos critérios para análise de processos enviados pelo TCU

Proposta que estabelece normas sobre o encaminhamento de matérias do Tribunal de Contas da União (TCU) ao colegiado será examinada hoje, às 11h30, pela Comissão do Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Os objetivos da proposta são economia processual e agilidade no andamento dos processos em tramitação na comissão, bem como estabelecer critérios de seleção de processos do TCU a serem examinados pelo colegiado de parlamentares, em consonância com suas atribuições institucionais.

Conforme as normas em estudo, a comissão deverá solicitar ao TCU que, até 30 dias após o encerramento de cada mês, envie, em documento e em meio magnético, resumo de cada processo de contas ou fiscalização que tenha sido objeto de deliberação terminativa naquele período, incluindo uma síntese das decisões, com indicações dos projetos ou atividades examinados e pessoas físicas ou jurídicas envolvidas.

Pela proposta, a CMA também solicitará ao tribunal que, no prazo de 60 dias após o encerramento de cada trimestre, remeta listagem de todas as pessoas que se encontram inabilitadas para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança na administração pública, por ato do TCU, incluindo fato gerador da medida e número do processo que a originou.

A comissão pedirá ainda ao tribunal que, no mesmo prazo, encaminhe lista das matérias que foram objeto de remessas ao Ministério Público por ter havido dano ao erário, decorrente de gestão ilegítima ou antieconômica, bem como desfalque ou desvio de dinheiros e valores públicos, para ajuizamento de ações cíveis e penas cabíveis.

Com a finalidade de limpar a pauta, a CMA submeterá a seus integrantes ato de arquivamento de todos os avisos ou comunicações oriundos do TCU e órgãos governamentais enviados à comissão para simples conhecimento.



EXPECTATIVA Construção da Rodovia Bioceânica impulsionará comércio entre os países, diz Viana

Tião Viana destaca as relações comerciais entre Brasil e Peru

O senador Tião Viana (PT-AC) comemorou ontem os resultados positivos observados nas relações comerciais entre Brasil e Peru. Em 2001, o Brasil ocupava o 8º lugar entre os parceiros comerciais peruanos. Nos últimos quatro anos, o país subiu

duas posições, com exportações de R\$ 981 milhões para o Peru. A expectativa do senador é de que as relações ganhem um novo impulso com a construção da chamada Rodovia Bioceânica, que ligaria o Acre ao Peru. Detalhes da obra têm sido

acertados entre o presidente peruano, Alejandro Toledo, e o governador Jorge Viana. O Brasil deve investir R\$ 400 milhões no financiamento da obra e, segundo o senador, tornar-se o terceiro maior parceiro comercial peruano.

– O governo do Acre discute com o Peru aspectos ambientais, para que a estrada não venha afetar a cultura e a dignidade dos povos andinos. São 33 milhões de consumidores que compram quase tudo da Ásia – informou Tião Viana.

Miranda: gestão compartilhada da Amazônia é inaceitável

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) repudiou as declarações do ex-comissário da União Européia e candidato à direção da Organização Mundial do Comércio (OMC) Pascal Lamy, que, em conferência proferida em Genebra, sugeriu que a Amazônia deve ser objeto de “gestão compartilhada”, porque representaria “um bem público global”.

Miranda lembrou que a Europa, ao longo dos séculos, manteve “a escandalosa política da terra arrasada no que tange à gestão do seu patrimônio natural”. O senador afirmou também que os piratas e conquistadores europeus, principalmente ao longo do século 19, protagonizaram a selvagem e desumana colonização da África e da Ásia, “com um legado de destruição exploratória semelhante à que os espanhóis promoveram no continente americano, a partir do século 16”.

– A proposta de internacionalização da Amazônia, absurda e inaceitável sob quaisquer aspectos, não ofende apenas a soberania do Brasil, mas também de todos os países da América do Sul – disse.

Miranda, para quem Pascal Lamy não deve contar com o apoio de nenhum país sul-americano para sua candidatura à OMC, comentou ainda a gestão desastrosa que a França exerce na Guiana Francesa.



PROTESTO Gilberto Miranda repudia declarações de Pascal Lamy sobre internacionalização da Amazônia

Crivella denuncia “caça” a imigrantes ilegais nos EUA

Recrutamento de voluntários para prender latino-americanos preocupa o senador

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) disse ontem, em discurso no Plenário, que está em marcha nos Estados Unidos um movimento de recrutamento de voluntários, via Internet, para caçar e prender imigrantes ilegais, principalmente os provenientes da América Latina, nas regiões de fronteiras secas com o México. Segundo o senador, o programa, a ser executado em abril, já contaria com aproximadamente 600 voluntários, incluindo ainda 16 aviões particulares.

Membro da comitiva de parlamentares que no ano passado esteve nos Estados Unidos para tentar liberar brasileiros presos, Crivella teme que a ação do grupo americano possa resva-



VIOLÊNCIA Movimento tem conteúdo fascista e traços de xenofobia, alerta Marcelo Crivella

lar para a violência, uma vez que o discurso dos líderes teria conteúdo fascista e traços de xenofobia. Preocupado com a situação, o senador vai enviar expedientes a vários órgãos do governo brasileiro, e também à embaixada americana, para que providências sejam tomadas e “o pior não aconteça”.

Crivella lembra que os norte-americanos, por vários caminhos e métodos, “importam”

perto de 1 milhão de pessoas todo ano para trabalhar em variados serviços, abrangendo mais de 200 mil mexicanos, 60 mil chineses, 50 mil indianos, 40 mil vietnamitas e igual número de filipinos. O Brasil, apesar de manter relações privilegiadas nos campos político e econômico, entra na estatística com 6 mil pessoas.

Recorrendo a matéria publicada pela revista *IstoÉ*, Crivella informou que no deserto do Arizona já existiria um cemitério de brasileiros que teriam morrido ao tentar entrar ilegalmente no país, quase todos enterrados como indigentes.

No mesmo discurso, Crivella solicitou do presidente do Senado empenho para que os líderes dos partidos indiquem os membros da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Emigração Ilegal, aprovada em 2004. Os integrantes do colegiado, tanto no Senado quanto na Câmara, ainda não foram indicados.

Agripino critica apoio de Lula a Kirchner e Chávez

O senador José Agripino (PFL-RN) criticou ontem o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por se deixar fotografar de mãos unidas com os presidentes da Argentina, Néstor Kirchner, e da Venezuela, Hugo Chávez. Conforme o parlamentar, a foto prejudica a imagem de Lula e do Brasil junto aos investidores internacionais, uma vez que Kirchner “deu o calote” nos credores e Chávez é “inimigo declarado” dos Estados Unidos.

O líder do PFL observou que o calote aplicado pela Argentina prejudicou italianos que compraram papéis daquele país e prejudicará o povo argentino. Para Agripino, o Brasil terá sua

credibilidade atingida por esse tipo de medida, assim como pela política externa de Chávez, já que os norte-americanos são os maiores investidores no país.

– O investimento externo no país está fazendo um vôo de galinha, sob o peso do risco Brasil – disse o parlamentar.

O presidente também foi censurado por ter dito que acobertou atos de corrupção do governo Fernando Henrique Cardoso. Agripino se disse “pasmado” com as declarações do ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Carlos Lessa negando que Lula tenha lhe ordenado o acoberta-



ERRO Para Agripino, foto de Lula com presidentes da Argentina e da Venezuela pode prejudicar o Brasil

mento das ilegalidades.

– O Ministério Público deve apurar quem está falando a verdade – exigiu o senador. Ele lamentou ainda que, na viagem que fará hoje ao Rio Grande do Norte, o presidente gastará mais com combustível do que com os projetos que irá anunciar.



VANTAGEM Criação de estados impulsionará o desenvolvimento do país, afirma Mão Santa

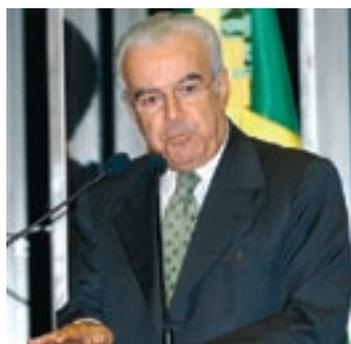
Mão Santa quer redivisão territorial do Brasil

O senador Mão Santa (PMDB-PI) defendeu uma nova divisão territorial do Brasil. Ele afirmou que a criação de estados poderá impulsionar o desenvolvimento e contribuir para fixar o homem na sua própria terra. Já tramita no Congresso a criação de vários estados, como Tapajós, Carajás, Maranhão do Sul, Solimões, Araguaia, Planalto Central, Mato Grosso do Norte, Rio São Francisco, Gurguéia, Triângulo Mineiro e São Paulo do Leste.

– A estrutura administrativa do Brasil é uma lástima. O Piauí, por exemplo, é disforme, é comprido, é quase como o Chile. Cabem 12 sergipes lá dentro – ressaltou Mão Santa.

Quando governou o Piauí, lembrou ele, foram criados 78 municípios e a transformação dos povoados em cidades proporcionou grande melhoria no estado. Além disso, destacou, permitiu que novos líderes políticos fossem formados.

Mão Santa informou que pretende agendar uma reunião de prefeitos piauienses interessados na divisão territorial daquele estado com o ex-governador Siqueira Campos, que, quando deputado, lutou pela criação do estado do Tocantins. Filho do ex-governador, o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) defendeu a ampliação do debate sobre a criação de estados.



CERTEZA Se a decisão for "técnica", diz Bezerra, o projeto da Petrobras fica em seu estado

Bezerra cobra refinaria para Rio Grande do Norte

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) pediu ao governo que adote critérios técnicos quando for definir o estado nordestino que sediará a nova refinaria da Petrobras. Ele também espera que não haja interferência política no debate sobre a transposição de águas do rio São Francisco para os estados do Nordeste setentrional.

– Tenho ouvido que o governo já teria tomado a decisão de construir a refinaria em Pernambuco. Não quero discutir os méritos de nenhum estado, mas o Rio Grande do Norte, por ser o segundo maior produtor de petróleo do país e o maior produtor em terra, também está disputando essa refinaria.

Sobre a transposição, Bezerra confessou não entender como alguns estados têm se posicionado contra. Depois de registrar que, como ministro da Integração Nacional do governo anterior, trabalhou no projeto, ele garantiu que a obra não imporá prejuízos a nenhum dos estados nordestinos.

Para o senador, com as obras da transposição concluídas, daqui a 25 anos serão retirados 60 metros cúbicos por segundo dos 2.040 metros cúbicos que são despejados no mar.



FRAUDE Para Heloísa Helena, o projeto de transposição não passa de uma "farsa técnica"

Alberto Silva sugere rede de 40 açudes no Nordeste

■ Senador condena a transposição do São Francisco, segundo ele um projeto caro e destinado ao fracasso

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) sugeriu ontem que metade dos R\$ 2,5 bilhões que serão investidos para transpor as águas do rio São Francisco seja usada para criar uma rede interligada de 40 açudes em todos os estados do Nordeste, o que vai garantir, segundo afirmou, o fim definitivo da tragédia da seca na região.

– Vamos gastar uma fortuna



Fotos: Roosevelt Filho

APELO Alberto Silva pediu apoio de colegas "ex-governadores" para viabilizar proposta alternativa

para transpor o São Francisco e depositar suas águas na barragem do Castanhão, no Ceará,

mesmo sabendo que o sol e o calor vão provocar a evaporação da maior parte da água. Ou seja, vamos desviar o São Francisco para ver suas águas evaporadas, sem qualquer efeito positivo.

Alberto Silva pediu o apoio dos senadores para a sua proposta, lembrando que o Senado é "uma Casa de ex-governadores", conhecedores dos problemas provocados pela seca no Nordeste.

Em aparte, o senador Mão Santa (PMDB-PI) elogiou Alberto Silva por sua grande experiência como governador e como estudioso dos problemas da região Nordeste.

Efraim denuncia indiferença do governo diante da seca

O senador Efraim Moraes (PFL-PB) alertou para a longa estiagem que castiga mais uma vez o Nordeste e criticou a ausência de providências governamentais para minimizar o sofrimento de milhões de nordestinos. De acordo com reportagem do *Correio da Paraíba*, publicada no domingo, só na Paraíba mais de 1 milhão de pessoas estão enfrentando a seca, disse o senador.

– Enquanto a chuva não cai, agricultores sobrevivem com dificuldades do pouco que resta da colheita passada e do dinheiro dos aposentados, presentes em pelo menos 50% das famílias que dependem da atividade rural na Paraíba.

Efraim ressaltou que, enquanto o governo federal mantém suas atenções longe dos nordestinos, são os aposentados que protegem suas famílias

e impedem uma tragédia de proporções maiores. No Sítio Boa Vista, por exemplo, conforme a reportagem citada, a aposentadoria de um casal de agricultores (R\$ 520) sustenta 20 pessoas.

Fraude

O senador disse que ainda não ocorreram saques porque os agricultores depositam suas esperanças no Dia de São José, em 19 de março. Depois, se não chover, advertiu, podem ocorrer saques, como aconteceu em outros anos de seca.

Ele salientou que 900 dos mais de 2 mil agricultores inscritos no seguro-safra ficaram prejudicados por conta da burocracia, pois os cadastros foram rejeitados. Isso significa que não receberão o benefício, embora tenham perdido as lavouras.

Heloísa Helena (PSOL-AL) se solidarizou com Efraim e



SUPORTE "Tragédia só não é maior porque os aposentados protegem suas famílias", diz Efraim

fez votos de que o Congresso consiga fazer pressão para que o governo tome iniciativa. Mão Santa (PMDB-PI) lamentou o fim da Sudene, porque, segundo ele, essa era a instituição com que o nordestino contava no período das secas. O senador José Agripino (PFL-RN) destacou a importância da recém-criada Comissão de Desenvolvimento Regional, como fórum adequado para a discussão dos problemas que afetam as regiões brasileiras.



INEFICÁCIA Governo, denuncia Teotônio, construiu no Nordeste 55 mil cisternas, apenas 5% do objetivo

Teotônio critica burocracia para auxílio a municípios

O senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) criticou a burocracia do Ministério da Integração Nacional para decretar estado de emergência nos municípios atingidos pela seca. Teotônio citou o exemplo de São José da Tapera (AL), um dos municípios que, segundo o senador, mais sofrem com a estiagem. São José da Tapera, afirmou, não teve o decreto reconhecido por falha no "preenchimento de formulários".

– A vida muitas vezes não tem tempo para formulários. E mesmo a esperança, que tudo espera, às vezes também se desespera com a burocracia. Para o governo, só existe seca se o *Diário Oficial* disser – lamentou.

O parlamentar acredita que a seca está apenas começando. Teotônio lembrou que o dia 19 de março, equinócio de verão, é a última esperança de chuva nos sertões. Para ele, já está se confirmando o previsto: estiagem no Nordeste, em virtude do fenômeno El Niño.

O senador alagoano comentou sobre o estado de penúria da população das áreas mais afetadas. Em Alagoas, informou, já são 28 municípios em estado de emergência, num total de 500 em todo o Nordeste.

Heloísa Helena defende liberação de recursos para sertão alagoano

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) chamou a atenção para a "situação gravíssima" que está vivendo o sertão alagoano e pediu que o governo federal reconheça o problema e libere recursos para a região. Segundo ela, a desativação de pólos industriais na região, além do desemprego, está contribuindo para o aumento da

fome, da miséria, dos suicídios e dos assassinatos.

– Para provar como o projeto do governo de transposição do rio São Francisco é uma farsa técnica e uma fraude política, os municípios do sertão alagoano estão a poucos quilômetros do São Francisco e não dispõem de água – assinalou.

Heloísa Helena disse não

acreditar que o governo tenha tantos recursos para "encher as panças dos banqueiros" e não disponha de meios para enfrentar a miséria.

– O governo tem recursos sim para infra-estrutura e tem obrigação de investir na construção de açudes, adutoras, moradia popular, saneamento e tantas outras coisas que podemaju-

dar a diminuir a pobreza do sertão alagoano – afirmou.

A senadora espera que, hoje, seja votada sua proposta de emenda à Constituição (PEC) que torna obrigatório o ensino na faixa etária de zero a seis anos. Para ela, o fato de fazer oposição ao governo não dá a seus representantes autoridade para impedir a aprovação da PEC.